

É pela vida das mulheres!

Julieta Palmeira, médica e secretária de Políticas para Mulheres da Bahia

Ao enfrentarem a atual crise de saúde, muitas vezes na linha de frente do combate à pandemia da Covid-19, as mulheres passaram a se defrontar também com a agudização de outras adversidades que afetam a vida. É evidente o aumento da violência contra as mulheres e da subnotificação dessa violência nesse período. Uma maior convivência em ambiente doméstico com o homem agressor gera maior risco diante das medidas sanitárias restritivas e de isolamento social, necessárias com o agravamento da pandemia. Na Bahia quase 80% dos feminicídios acontecem nos domicílios e são cometidos por companheiros e ex-companheiros.

Além do aumento da violência doméstica, tem se revelado ainda mais a situação de desigualdade em que vivem as mulheres. Estão mais sobrecarregadas com os cuidados com filhas (os) e familiares doentes e com os afazeres domésticos. Metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de mais uma pessoa durante a pandemia, segundo algumas pesquisas. Elas ainda são as principais responsáveis pelo cuidado com a família, mesmo quando estão lado a lado com os homens na condição de prover o sustento ou ainda que sejam as únicas provedoras, de acordo com o IBGE (2018).

Outro aspecto foi impacto no mercado de trabalho. As mulheres foram as primeiras a ser demitidas ou a ter reduzidas a sua jornada de trabalho e salário, muitas vezes estando em ocupações com vínculos trabalhistas precários. Em destaque, a realidade do desemprego das trabalhadoras domésticas, categoria majoritariamente constituída de mulheres negras. Amplia-se também o contingente de mulheres na população desalentada - que desiste de procurar emprego. Durante a pandemia, a participação das mulheres no mercado do trabalho no Brasil é a menor em 30 anos, aponta o IBGE.

Na Bahia estão sendo tomadas iniciativas no enfrentamento à violência e geração de renda, mas o desafio é grande. Um exemplo é o Protocolo do Feminicídio, resultado da articulação do governo estadual, órgãos do Estado e sociedade civil. O Protocolo estabelece um padrão de ações para a prevenção, investigação e julgamento do feminicídio. Outra ação é o Zap RespeitaAsMina, um serviço de acesso fácil e rápido para atender à mulher em situação de violência e acionar a polícia, caso necessário; a ampliação dos serviços da Delegacia Digital da Polícia Civil, que passou a registrar todos os tipos de violência contra as mulheres. Estão em fase de implantação iniciativas voltadas para a geração de emprego e renda. Entretanto, há uma completa omissão do governo federal. Medidas urgentes necessitam ser implementadas e isso significa recursos para políticas públicas. Precisamos unir governos e a sociedade civil nesse momento tão desafiador.